

NOTA TÉCNICA Nº 007/2020

Ao Departamento de Licitação - DELI

Ref.: Modo de Disputa Fechado – MDF nº 39/2018 - Recurso - Qualificação econômico-financeira

APRESENTAÇÃO

Encaminha esse Departamento de Licitação – DELI, em 03/03/2020, processo protocolado sob nº 16.413.413-0, para conhecimento e manifestação deste DECT, relativos ao recurso à inabilitação no MDF nº 39/2018, apresentado pela empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, que tem por objeto:

Produção do Empreendimento Habitacional RESIDENCIAL FLORAÍ I – 9ª ETAPA, Município de FLORAÍ-PR, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básicos e Executivos, a execução da habitação e infraestrutura, utilizando-se de sistemas e/ou subsistemas construtivos objetos de norma brasileira ou inovadores que possuam validação, que resultem em 16 unidades habitacionais.

DO RECURSO

O recurso à inabilitação apresentado pela empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, no que se refere à qualificação econômico-financeira, especificamente sobre o motivo da inabilitação, argumenta:

(...)

Esta conclusão é ainda mais intensamente reforçada pelo fato de que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR só permite a exigência de “relação de compromissos assumidos” nas “contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra”, nos exatos termos do seu art. 92:

Art. 92. Nas contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o instrumento convocatório poderá exigir dos Licitantes os seguintes requisitos para demonstração da qualificação econômico-financeira:

[...]

IV – declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que o somatório do valor mensal de todos os contratos que possui vigentes com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada na data prevista para a abertura da Licitação, não é superior ao seu patrimônio líquido, observados os seguintes requisitos:

- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o Licitante deverá apresentar justificativas.

DA ANÁLISE DO RECURSO

Conforme constatado na Nota Técnica nº 004/2020, emitida por este DECT, em 10/02/2020, a recorrente não apresentou a “Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos”, tampouco declarou o valor da sua Disponibilidade Financeira Líquida – DFL.

Alega a recorrente em seu Recurso, resumidamente, que não há previsão no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Companhia, para a exigência dessa documentação no Edital.

Pois bem.

Embora o referido art. 92 do RILC trate dessa exigência para contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Minuta de Editais de Licitação – Modo de Disputa Fechado MDF – Obras de Engenharia, aprovada na Ata da 324ª Reunião do Conselho de Administração, nos termos do art. 3º, inciso I do RILC, prevê:

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

(...)

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(...)

D.5 Demonstração de que possui Disponibilidade Financeira Líquida, igual ou superior ao valor da proposta de preços apresentada após etapa de negociação, a qual mede a capacidade que a Licitante possui de contratar com a COHAPAR, obtida através da fórmula:

$$DFL = (10 \times PL) - VA$$

Onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

Do que se conclui que não há o que se falar sobre ausência de previsão legal para a exigência do documento no Edital do processo licitatório MDF 39/2018.

Ainda sobre o tema, importante ressaltarmos que a qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios destina-se à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente para assegurar a execução integral do contrato.

Assim, o objetivo é prevenir a Administração Pública para que empresas sem respaldo financeiro possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Logo, tal comprovação é fundamental para a garantia do cumprimento do objeto contratado, assim como do interesse público.

Dessa forma, a ausência do documento é motivo de inabilitação, nos termos do item 08, subitem 8.4, do Edital:

8.4 Será considerada inabilitada, ressalvando-se hipóteses de saneamento, a Licitante que:

(..)

c) apresentar de forma incompleta a documentação exigida neste Edital. (grifamos)

Além disso, a falta do documento impossibilita esta Companhia até mesmo de calcular a Disponibilidade Financeira Líquida, já que o VA¹ da fórmula de cálculo da DFL, necessita da Relação Contratual para sua comprovação, nos termos do Anexo II, item 03, alínea "e"

OBS: Para atendimento dessa exigência, caberá à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais. (grifamos)

Dessa forma, reiteramos que, ao não apresentar a "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", tampouco apresentar o valor da sua Disponibilidade Financeira Líquida – DFL, a empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA não atendeu todos os requisitos para a qualificação econômico-financeira, mantendo assim, a decisão de INABILITAÇÃO da empresa pelo não atendimento aos termos do Edital.

Curitiba, 04 de março de 2020.



Carolina Minas

Gerente do Departamento de Contabilidade

¹ VA= Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

C

C

1